

ANOTAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Anotações sobre as Relações entre Teoria e Prática

Alfredo Veiga-Neto¹

Resumo

Este artigo discute as relações entre teoria e prática, uma questão muito comum no campo da prática e da pesquisa educacionais. Na imensa maioria das vezes, tais relações são vistas como um problema: enquanto que muitos defendem a primazia da teoria sobre a prática, outros vão no sentido contrário. Neste texto, argumenta-se que esse é um falso problema, se ele não for examinado a partir das bases epistemológicas usuais, mas sim a partir de pressupostos que levem em conta suas raízes etimológicas, históricas e filosóficas. Os Estudos Foucaultianos, colocando em questão aquelas bases epistemológicas usuais, nos fornecem elementos que levam a discussão para muito além do senso comum e das epistemologias tradicionais. Desse modo, as relações entre teoria e prática são ressignificadas, ficando claras a indissociabilidade entre ambas e a ausência de primazia de uma sobre a outra.

Palavras-chave: Teoria e Prática; Doutrina dos dois mundos; Michel Foucault; Platonismo; Virada linguística.

Abstract

This paper discusses the relations between theory and practice, a very common problem in the field of educational research and practice. While many advocate the primacy of theory over practice, others go in the opposite direction. The author argue that this is a false problem, if it is not examined from the usual epistemological foundations, but from assumptions that take into account their etymological, historical and philosophical roots. The Foucaultian Studies,

¹ **Alfredo Veiga-Neto** é Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo e Professor Convidado Efetivo do PPG-Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: alfredoveiganeto@uol.com.br

questioning those usual epistemological bases, give us elements that take the discussion far beyond common sense and traditional epistemologies. Thus, the relationship between theory and practice are resignified, leaving clear the inseparability between them and the absence of primacy of one over the other.

Keywords: Theory and practice; Doctrine of two worlds; Michel Foucault; Platonism; Linguistic turn.

ANOTAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Anotações sobre as Relações entre Teoria e Prática

Se separarmos o vivido do construído, a prática da teoria, tudo perde sentido, tanto a teoria quanto a prática, tanto a vida cotidiana quanto os sistemas de pensamento.

(TOURAINÉ, 2009, p. 215)

UM (FALSO) PROBLEMA

Dentre os assuntos mais recorrentes no campo da Pedagogia e, mais especificamente, no campo da pesquisa educacional, o problema das relações entre teoria e prática ocupa lugar de destaque. Questões tais como a precedência da teoria sobre a prática (ou vice-versa), a possibilidade de hierarquizá-las ou o estatuto de cada uma, nessa ou naquela pesquisa, volta e meia estão na ordem do dia. Quantas vezes já ouvimos manifestações críticas e desconfiadas tais como: “na prática, a teoria é outra”; “essas discussões teóricas nada — ou quase nada — têm a ver com a prática”; “que se ganha, na prática, com tantas teorias?”; “o que interessa mesmo é a prática”; “quero só ver se todo esse blá-blá-blá teórico vai mesmo funcionar na prática”; e, nos casos mais agudos, de um lado “a prática não interessa” e, de outro lado “a teoria não interessa”. De certa maneira, tais manifestações refletem uma concepção bastante tradicional acerca da prática e, ao mesmo tempo, uma falta de confiança nos (assim chamados) “saberes acadêmicos” e suas formulações teóricas.

No campo da formação docente, por exemplo, arrisco-me a afirmar que dentre as questões tidas como mais problemáticas está a discussão sobre as relações entre a teoria e a prática. Nesse caso, dois polos são facilmente identificáveis.

De um lado, colocam-se os que defendem a necessidade de uma prévia e sólida formação teórica nos assim chamados fundamentos da Educação — como a Psicologia, a História,

Educ. foco,
Juiz de Fora,
v. 20, n. 1,
p. 113-140,
mar. 2015 / jun. 2015

a Filosofia e a Sociologia da Educação. Para esses pedagogos, tal formação prévia criaria as condições para que os futuros professores e professoras pudessem compreender melhor e até modificar as suas respectivas práticas. Para esses, a teoria precede a prática. Chamemo-los de “teoristas”.

De outro lado, colocam-se os pedagogos que argumentam a favor de uma cada vez mais precoce imersão nas práticas docentes, pois seria a partir desse mundo das práticas — um mundo que no vocabulário platônico se chama de “sensível” — que os futuros professores e professoras poderiam ou deveriam, depois, compreender melhor os fundamentos da Educação. Para esses, o estudo antecipado da Psicologia, História, Filosofia e Sociologia da Educação não iria além de um estudo livresco, desconectado com aquilo que se costuma chamar de realidade ou, até mesmo, de verdadeira realidade. Muitos deles chegam a afirmar que qualquer teoria só tem valor se é retirada a partir do concreto de nossas práticas imediatas. Para esses, a prática precede a teoria. Talvez valha aqui o neologismo “praticistas”²

Como que para resolver a polarização, tem sido comum intercalar a teoria com a prática. Em termos do currículo, isso significa adotar um desenho curricular em que haja uma alternância entre disciplinas ou atividades teóricas e disciplinas ou atividades práticas. Essa solução parece repousar no pressuposto de que, mais ou menos por si mesmos, os alunos e alunas serão capazes de integrar a teoria com a prática.

Uma outra solução, próxima à anterior, tem sido recomendar que, sempre que possível, tragam-se exemplos práticos para ilustrar os conteúdos teóricos, bem como discussões teóricas para questionar o que vai acontecendo na prática. Nesse caso, certos pedagogos recomendam que professores e professoras procurem sair de seu próprio mundo — teórico ou prático — e, conforme o caso, procurem “olhar

² Neste caso, certamente não cabe usar a palavra “práticos”.

para as práticas que estão à sua volta” ou tentem “buscar nos livros as teorias que explicam as práticas que estão à sua volta”.

Foi a partir de tais constatações que me ocorreu desenvolver alguns apontamentos sobre a prática, eles mesmos num tom um tanto simples e com objetivos, digamos, utilitários. Assim, este texto constitui-se numa pequena introdução às questões acima descritas, mas sem tomar partido a favor da teoria ou da prática. Escolhi seguir uma via pouco usual: argumento no sentido de que tais questões assentam-se em pressupostos epistemológicos que são, no mínimo, problemáticos e que, por isso mesmo, é bem melhor abordá-las mais “por baixo”, por suas raízes.

Ao proceder desse modo, coloco a discussão num patamar incomum e pouco familiar para alguns pesquisadores envolvidos com a Educação. Isso me leva a dar a este texto um cunho um tanto didático. Seja no campo da Educação ou seja no campo mais geral das Ciências Humanas, meu objetivo não é tanto aprofundar as discussões sobre o estatuto da prática ou o estatuto da teoria, mas, entre outras coisas, mostrar que o decantado “problema teoria X prática” desaparece se mudarmos as bases sobre as quais ele foi construído. Então, ao invés de contribuir para solucionar um problema, aqui meu objetivo é bem outro: desviar a discussão, argumentando que esse é um falso problema. Em outras palavras, acho mais interessante dissolver o problema do que assumi-lo como dado e tentar solucioná-lo.

Quando uso a expressão “falso problema” não estou querendo dizer que o problema não existe; ele de fato existe, pois, como já referi, ele até mesmo produz efeitos no campo acadêmico, nos desenhos curriculares e nos cursos de formação de professores. Com a expressão “falso problema” quero chamar a atenção para o fato de que há mesmo um problema, mas ele é falso, isso é, ao invés de buscarmos uma solução para ele, será mais interessante darmos a volta por fora dele, examiná-lo de fora — ver de onde ele vem, como ele foi

instituído e como ele aparece — e, por fim, afastarmo-nos dele ou convivermos com ele sem, contudo, levá-lo muito a sério.

Mudar as bases sobre as quais algo ou alguma coisa é que tomada como verdadeira se instituiu como um problema significa trocar os óculos com os quais vemos dessa ou daquela maneira o mundo. Como reiteradas vezes nos mostrou Thomas Kuhn (1976, 2006), ao vermos de modo diferente o mundo o que se nos apresentava como um problema (muitas vezes) simplesmente desaparece enquanto tal. No nosso caso, isso significa nos desviarmos do foco epistemológico e metodológico que essencializa a prática como um valor em si e entender que essa palavra designa um domínio das ações humanas, segundo uma regularidade e uma racionalidade que organiza tais ações de diferentes maneiras. E, na medida em que estou falando em regularidade e racionalidade, já começamos a nos dar conta de que junto com qualquer prática — ou, para dizer em termos mais técnicos: imanente a qualquer prática — existe sempre uma teorização, por mais obscura e indefinida que ela se apresente para os olhares menos acostumados com essas questões epistemológicas.

Como veremos mais adiante, o domínio das ações humanas é aquele em que se dão os acontecimentos e as experiências, ambos compreendidos como conceitos produtivos, isso é, que produzem (sem que aí haja qualquer juízo de valor). Sendo assim, a prática deixa de ser essencializada, ontologizada e não é mais entendida como um tópos, ente ou categoria, mas como uma designação genérica e, enquanto tal, de interesse, ao mesmo tempo, menor e maior. Por enquanto, deixemos no ar essa aparente contradição...

UM POUCO DE ETIMOLOGIA

Não analisamos um fenômeno [...] mas um conceito e, portanto, o emprego de uma palavra.

(WITTGENSTEIN, 1979, p. 55)

Nesta seção, desenvolverei uma rápida discussão de ordem etimológica que considero útil para minha argumentação. Antes, porém, é preciso fazer algumas considerações de ordem metodológica.

Na perspectiva em que estou aqui me movimentando, traçar a história de uma palavra ou expressão não significa a busca por um suposto sentido original para essa ou aquela palavra ou expressão; não significa buscar um suposto sentido que teria se perdido ou se deteriorado ao longo da história. Tampouco significa uma tentativa de fixar o melhor ou mais correto conceito, para uma palavra ou expressão. Tais preocupações nada têm a ver com meus interesses ou modos pelos quais eu entendo a linguagem. Aliás, a virada linguística já nos ensinou que os sentidos não repousam nem nas coisas designadas, nem nas palavras que usamos para designá-las, mas flutuam em intrincadas, instáveis e amplas redes discursivas de significações. Essas redes não apenas cercam as coisas e a elas atribuem sentidos, mas, também, são produzidas pelas comunidades falantes, ao mesmo tempo em que contribuem para instituir tais comunidades. A flutuação em tais redes se dá segundo um jogo no qual as regras de produção são contingentes — mas não caóticas — e envolvem relações de poder e de saber.

E também não se trata aqui de um simples exercício de erudição, na tentativa de detalhar a história de uma palavra e dos entendimentos que ela denotou ao longo da nossa tradição intelectual e linguística. Tais detalhes são interessantes, mas investigá-los está além da minha competência e até mesmo foge do meu interesse e do âmbito deste texto.

Interessa aqui apenas mostrar rapidamente o caminho etimológico percorrido pelas palavras, de modo a desvelar suas aproximações e distanciamentos, afinidades e diferenças, sintonias e dissonâncias, bem como registrar os importantes deslocamentos de sentidos que ocorreram ao longo do tempo. Vamos então ao rápido exercício etimológico, começando pela palavra *prática*.

Derivada da forma latina tardia *practĭce*, é no radical indo-europeu *prāk-* que vamos encontrar o significado de “fazer alguma ação”, “fazer alguma coisa”. Dele derivaram o verbo grego *prassein* (no ático, *prattein*) — fazer, efetivar, produzir (um efeito real) —, o substantivo *praxis* — prática, uma ação habitual e bem estabelecida (em geral, aprendida), um costume, o ato de agir — e o substantivo *praktos* > *praktikos* —aquilo que é feito, praticado.³ É desse *praktikos* que deriva a forma latina tardia *practĭce* — no sentido tanto do ato de fazer algo, quanto do efeito desse ato, ou seja, a própria coisa feita. Na língua portuguesa do século XV, aparecem pela primeira vez as palavras *practica*, *platica* e *prática*. Finalmente, no português moderno, a forma que se tornou prevacente foi *prática*.

É fácil ver que todas essas formas acima designam tanto um conjunto de ações quanto seus respectivos resultados; trata-se de ações em geral ensinadas e aprendidas, bem como realizadas habitualmente, sem que estivesse aí implícita qualquer dependência entre tais ações e aquilo que se podia pensar e dizer sobre elas. Em outras palavras, tais ações não estariam determinadas por considerações estratégicas e táticas que viriam de fora delas. Isso não significa que não se pensasse para agir, que não existissem interesses e intenções no ato de praticar e naquilo que resultava de tais atos. Mesmo que existissem — e certamente se aceitava que existiam —, tais interesses e intenções colocavam-se fora do âmbito daquilo que, em linguagem atual, se poderia chamar de teorização sobre o que era feito. Por *prática* designava-se, assim, um conjunto de ações, em geral aprendidas, repetitivas, quase automáticas e habituais. Aliás, o caráter de habitualidade esteve longo tempo associado intimamente ao conceito de prática; algo que não fosse feito habitualmente não constituía uma prática; prática

³ Para mais detalhes, vide Morris (1970) e Roberts; Pastor (2007).

e hábito ocupam campos semânticos vizinhos⁴. E ambas as palavras contrastavam com a palavra *teoria*.

Como argumentarei mais adiante, derivou justamente desse contraste entre *teoria* e *prática* a destacada importância que essa última assumiu principalmente no campo das Ciências Humanas, bem como o valor que hoje é atribuído às discussões que tratam das relações entre teoria e prática.

Do lado da *teoria*, em termos etimológicos há bem menos a dizer. Essa palavra deriva da forma latina *theoria*, *a* (ou *theorice*, *ēs*) cujo sentido é “parte especulativa de um conhecimento” ou, também, uma “especulação filosófica”. *Theoria*, *a* vem da forma grega *theōria*, cujo sentido é observar, examinar ou escrutinar; trata-se de uma palavra derivada de *theōros* — espectador —, um substantivo formado pelas palavras *theā* — mirada, visão — e *-oros* (de *horān* — o verbo ver).⁵ De um modo geral, então, a palavra teoria tem uma origem que aponta para uma forma de ver, de enxergar melhor aquilo que se conhece. Não se trata de um ver propriamente físico, com os olhos, mas de um ver com o pensamento, com a razão. Para dizer de outra maneira, a teoria nos leva a ver melhor e, assim, melhora o nosso conhecimento.

DO MITO À DOCTRINA, DA DOCTRINA À VERDADE (LOGO, DO MITO À VERDADE)

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias:

⁴ É interessante assinalar que *hábito* — uma palavra derivada do radical indo-europeu *ghabh-*, pela forma latina *habitus* (particípio passado do verbo *habēre*) — denota um padrão de comportamento recorrente, em geral inconsciente, que é adquirido por repetições frequentes.

⁵ Para mais detalhes, vide Azevedo (1955), Almeida (2008), Galvão (1909) e Morris (2000).

as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 1996, p.57)

De modo muito resumido e simplificado, pode-se dizer que uma parte do pensamento grego antigo, no seu empenho pela construção de uma racionalidade cujo objetivo era o conhecimento seguro (*epistémê*) acerca da natureza e do ser humano, acabou instituindo filosoficamente a noção de que a realidade é dual. Sobre a realidade, haveria duas maneiras de conhecer algo: *ou* ter uma opinião (*doxa*) que, por não ser fundamentada, não passaria de uma crença ou ilusão; *ou* ter um conhecimento seguro (*epistémê*) que, por ser racionalmente fundamentado, seria uma verdade em si mesma ou, pelo menos, nos levaria até ela. Uma é a realidade onde imperam as opiniões e, por isso, as incertezas, o falso misturado com o verdadeiro, o erro com o acerto. A outra é a realidade onde imperam os conhecimentos e, por isso, as certezas que são dadas pela própria verdade.

O entendimento grego de que a realidade é dual não se constituía propriamente numa novidade, pois já estava presente desde quando “o homem ‘caiu de joelhos’ diante das forças superiores da natureza e inventou os deuses. Mas não apenas os deuses. O homem inventou um espaço e um tempo sagrados” (BORNHEIM, notas de aula, p. 1). Mas é em Sócrates e em Platão que tal entendimento se encontra formulado na forma mais acabada: o mito alegórico dos dois mundos — exposto principalmente nos diálogos platônicos *Timaeus*, *Teeteto* e *A República*, e mais tarde transformado em doutrina — pode ser entendido como a formulação filosófica de uma realidade dicotômica, isso é, uma realidade dividida em duas partes contraditórias: uma, do inteligível; a outra, do sensível. Ou, se preferirmos: uma, epistêmica; a outra, doxológica.

Nas palavras de Almeida (2005, p. 25), com “Sócrates inaugura-se a época da razão e do homem teórico, quando se estabelece a distinção entre dois mundos, pela oposição entre essencial e aparente, verdadeiro e falso, inteligível e sensível.” Como se sabe, é a partir daí que a “Filosofia se coloca como tarefa ‘julgar a vida’, opondo a ela (vida) valores pretensamente superiores como o ‘Divino’, o ‘Verdadeiro’, o ‘Belo’, o ‘Bem’ [...]” (id.). Pode-se dizer que a Filosofia tornou-se um tribunal quando colocou a si a tarefa de, evitando a *doxa*, chegar à *epistémé*.

Mais tarde, a assim chamada *doutrina dos dois mundos*, que Platão havia tomado de empréstimo aos pitagóricos, ajustou-se como uma luva à tradição cristã medieval, na medida em que se articulava razoavelmente bem com o próprio dualismo cristão cuja pedra de toque era, justamente, a noção de que a vida aqui vivida, imperfeita e pecaminosa, se constituiria numa preparação para uma outra vida eterna e divina, a ser vivida num outro mundo e que, em princípio, seria perfeito.⁶ Esse mito acabou nortando os desdobramentos posteriores do pensamento humano, chegando à Modernidade como uma verdade por si mesma, como algo natural — e, por isso mesmo, inquestionável e quase “invisível”.

A própria Ciência moderna, nascida e desenvolvida sob o abrigo desse arco platônico, incorporou acriticamente a noção de que vivemos uma realidade “que tem, acima de si, um mundo ideal, habitado por idéias e formas perfeitas, um mundo inteligível, que pode reger o que acontece aqui nesse nosso mundo imperfeito e grosseiro, um mundo sensível” (VEIGANETO, 2006, p. 85). A Modernidade logo incorporou a doutrina dos dois mundos, na forma de uma racionalidade que, pensando dispensar o divino, manteve intacta a ideia de que fora deste nosso mundo haveria um outro mundo, povoado pelas representações mentais e acessível pelo uso cuidadoso

⁶ É mais do que evidente a correspondência entre, de um lado, *mundo sensível*—*mundo profano* e, de outro lado, *mundo inteligível*—*mundo sagrado*...

e metódico do pensamento. Com isso, o dualismo platônico foi contrabandeado para a Ciência moderna, manifesto pela noção de que as teorias estão no mundo das ideias — devendo ser, portanto, perfeitas, rigorosas, abrangentes e definitivas —, enquanto que as práticas estão neste nosso mundo sensível, são coisas deste mundo concreto e imperfeito. Assim, segundo esse entendimento, quando os resultados obtidos na prática não se ajustam perfeitamente à teoria — e nunca acontece de fato um ajuste perfeito —, pensa-se logo que *ou* o problema está na teoria que seria incorreta ou pouco desenvolvida, *ou* o problema está no mau ou equivocado uso que estamos fazendo dela. Em qualquer caso, mantém-se tacitamente que existe mesmo um mundo da prática e um mundo das ideias, cabendo à boa Ciência fazer as melhores conexões entre esses dois mundos.

Recorro mais uma vez a Bornheim (p. 1): aquele é “o mundo superior, divino, sobrenatural e absoluto dos deuses”; esse é “o mundo concreto, temporal, corruptível e inferior”. Ou, se quisermos: aquele é o mundo da luz; esse é o das trevas. E mais: “Note-se que ao mesmo tempo em que a realidade é dividida ela é hierarquizada: há um mundo superior e mais forte e um inferior e mais fraco: um mundo *sagrado* e um *profano*.” (BORNHEIM, notas de aula, p. 1).

Comentando a alegoria da caverna, desenvolvida no Livro VII d’*A República*, assim me reporte à doutrina dos dois mundos (VEIGA-NETO, 2004, p.76): tudo se passa como se vivêssemos “originária e tragicamente mergulhados na ignorância, como se estivéssemos acorrentados no interior de uma caverna escura,” onde arde uma fogueira e “nas paredes da qual só veríamos sombras projetadas e distorcidas, de modo que a ilusão ali é completa” (id.). Ali, nada é verdadeiro; até “os sons que se escutam não passam de rumores que nos confundem e mentem para nós” (id.). Escutemos diretamente Platão (1999, p. 155):

A caverna-prisão é o mundo das coisas visíveis, a luz do fogo que ali existe é o sol, e não me terás compreendido mal se interpretares a subida para o mundo lá de cima e a contemplação das coisas que ali se encontram com a ascensão da alma para a região inteligível.

Habitando essa realidade dual, o homem (e não os animais) seria o “único ser capaz de sair deste nosso mundo sensível (a caverna) e chegar à luz do mundo inteligível (o fora-da-caverna) onde está a verdade, num movimento denominado dialética ascendente” (VEIGA-NETO, 2006, p. 85). Para Droz (1997, p. 81), “o que há de aparentemente trágico em nossa condição é compensado por um otimismo racionalista, confiante numa liberação possível do homem pelo conhecimento”.

A celebração moderna da racionalidade científica é a manifestação mais palpável desse otimismo racionalista. E é justamente aí que vão se ajustar e ganhar peso as noções modernas de teoria, de método, de hipótese e de lei científicas; em tal registro, a teoria — colocando-se no mundo inteligível (para os positivistas otimistas...) ou chegando cada vez mais perto do mundo inteligível (para os sisudos críticos...) — é capaz de dizer e de explicar as verdades verdadeiramente verdadeiras⁷. A teoria, bem como todos os elementos que compõem o edifício teórico — axiomas, hipótese, leis, métodos, representações, práticas de verificação, confirmação e refutação, heurísticas, algoritmos etc. —, pretende justamente funcionar como uma via de ascensão que nos leva do dentro para a porta da caverna, do mundo sensível das práticas para o mundo suprassensível e inteligível das ideias, da dúvida para a certeza. Pela teoria, seríamos levados de um mundo profano para um mundo sagrado.

⁷ Parece-me inteiramente apropriado esse reforço estilístico que ouvi várias vezes, ainda na década de 1980, nas aulas do Prof. Carlos Cirne Lima (IFCH/UFRGS).

Em suma, pode-se dizer então que, sob o abrigo do arco platônico, tudo o que concerne aos fatos e feitos no mundo sensível diria respeito às práticas, enquanto que tudo o que concerne ao que se pensa verdadeiramente e se diz verdadeiramente (sobre tais práticas) diria respeito à teoria — ou, talvez melhor: seria resultado da boa e correta aplicação da teoria. Eis aí a correspondência entre a doutrina dual e o binário teoria-e-prática⁸; se quisermos, podemos formular essa relação da seguinte maneira: sensível/prática = inteligível/teoria. Em outras palavras, sob o abrigo do arco platônico as próprias práticas se dão no mundo sensível, enquanto que as teorias fazem o caminho ascendente desse mundo sensível rumo ao mundo inteligível — ou, para alguns, elas até mesmo já se colocam no mundo inteligível. É justamente a partir desse ponto que teoria e prática passaram a ser pensadas em separado, ainda que ligadas entre si. Funcionando como um fundo epistemológico, como um mantra, a doutrina dos dois mundos e o correspondente binômio teoria-prática são, em nossa tradição, assumidos como uma manifestação da própria natureza do mundo. Assim naturalizados, doutrina e binômio não parecem constituir um problema maior por si mesmos.

Uma alentada bibliografia técnica dedica-se atualmente a discutir os conceitos de prática e teoria, bem como suas inter-relações, tudo tomado justamente nesse sentido platônico — ou talvez, para sermos mais rigorosos, neoplatônicos. Inúmeros manuais de metodologia científica, compêndios de epistemologia e textos avulsos sobre pesquisa em Educação, que hoje circulam entre nós, assumem o binômio teoria-prática como um *datum*, como algo dado e cuja dissociação e interdependência são evidentes por si mesmas. Na sua grande maioria, tais publicações não questionam “de fora” a existência da relação, mas a tomam como natural e se lançam a procurar as melhores maneiras de transitarem entre a teoria

⁸ Certamente não é difícil mostrar a influência da doutrina dual “sobre” boa parte do pensamento binário e dicotômico moderno e, por extensão, ao destaque que a dialética assume, por exemplo, no Idealismo Alemão...

e a prática, ou seja, as melhores maneiras de fazerem com que as suas pesquisas articulem o mundo sensível com o mundo inteligível e vice-versa. O grande problema que sempre se coloca é conseguir desenvolver e “aplicar” os melhores caminhos — ou métodos⁹ — para a representação descendente e para a dialética ascendente (VEIGA-NETO, 2006). Aliás, vale lembrar que a centralidade do método, uma centralidade que hoje predomina em boa parte das pesquisas científicas e, especialmente as educacionais, deriva desse entendimento neoplatônico.¹⁰

Este não é um texto destinado a analisar os discursos que circulam nesse campo. Mesmo assim, vale referir dois exemplos ilustrativos. Vamos a eles.

O primeiro exemplo foi retirado da *Wikipedia* — *Enciclopédia Livre*, um portal da Internet bastante utilizado, referenciado e reverenciado nos campos da pesquisa educacional e da formação docente. Ali, *prática* é conceituada como “a realização de uma teoria corretamente”; lê-se mais: “uma teoria só é considerada como tal se for provada pela prática, ou seja, não existe teoria sem prática” (Wikipédia, p. 1).

O segundo exemplo vem de num artigo que trata da formação do profissional em Educação Física (KOLYNIK FILHO, 1996, p. 111): “define-se prática como a ação concreta sobre o meio, teoria como sistematização de representações sobre a realidade e reflexão como o processo de confronto das representações da realidade concreta com sistemas conceituais organizados (teorias)”. Logo a seguir, a autora explica: “Toda atividade humana implica em teoria e prática, em algum grau. Contudo, a relação entre teoria, prática e reflexão varia segundo a predominância de uma atividade teórica ou prática

⁹ Não esqueçamos que método deriva das palavras gregas *metá* — através, para além — e *hodós* — caminho. É o método que nos promete levar de um lugar para o outro...

¹⁰ Pergunto se, no campo da Educação, não se pode dizer o mesmo acerca da profusão — tantas vezes de modo superficial, aligeirado e barateado — da palavra dialética, seja como substantivo seja como adjetivo.

e segundo a abrangência das representações sobre a realidade”. São tais entendimentos que nos colocam a um passo do conceito de “professor reflexivo”, essa invenção recente que hoje inunda a bibliografia educacional. De fato, no final do artigo assim escreve a autora: “a utilização de estratégias como as exemplificadas constitui-se em possibilidade para a busca de uma formação em que se alia fundamentação teórica significativa e abrangente com domínio de instrumental técnico e metodológico adequado, na perspectiva da criação de um profissional reflexivo” (id., p. 114).

OUTRAS ÁGUAS...

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade.

Foucault (1992, p.12)

Para usarmos uma expressão corriqueira, neste texto estou nadando em outras águas. São águas que não se abrigam sob o arco platônico. Ao contrário, elas correm, mais soltas, nos sulcos abertos por autores que deram as costas para Sócrates e Platão. Por isso, muitas vezes eles são malvistas; outras vezes, infames; e quase sempre foram e continuam sendo *outsiders*. Alguns desses sulcos foram abertos há muito tempo e são mais antigos do que Sócrates e Platão; outros, datam da segunda metade do século XIX; outros, ainda, foram abertos só muito recentemente; por fim — e felizmente para nós — vários deles estão sendo cavoucados ainda hoje...

As águas em que estou nadando não são nem melhores, nem mais límpidas, nem mais puras do que as águas por onde, sob o arco platônico, navega o *mainstream* acadêmico. Apenas uma coisa é certa: as águas em que nado não são mais calmas, senão bem turbulentas... E por que nossas águas são tão turbulentas? A resposta vamos encontrar na

prática da *hipercrítica*, essa “atitude filosófica e cotidiana que precisa de ‘permanente reativação’” (KIZILTAN; BAIN; CANIZARES, 1993, p. 219), cuja “radicalidade radicalmente radical não se firma em nenhum *a priori* — chamemo-lo de Deus, Espírito, Razão ou Natureza —, senão no próprio acontecimento” (VEIGA-NETO, 2006a, p. 15). Na medida em que a hipercrítica “faz da crítica uma prática permanente e intransigente até consigo mesma, de modo a estranhar e desfamiliarizar o que parecia tranquilo e acordado entre todos” (VEIGA-NETO, 2006a, p. 15), e na medida em que “vai buscar no mundo concreto — das práticas discursivas e não-discursivas — as origens dessas mesmas práticas e analisar as transformações que elas sofrem, sem apelar para um suposto tribunal epistemológico, teórico e metodológico que estaria acima de si mesma”, ela (a hipercrítica) “está sempre desconfiada, insatisfeita e em movimento”. Para ela, todos os portos são portos de passagem¹¹; mesmo que ela ancore aqui ou ali, fixe-se lá ou acolá, já se sabe que pode ser por pouco tempo. Se quisermos, poderemos inverter a metáfora da âncora e, seguindo Rorty (1988), dizer que não há nenhum “gancho no céu”, de modo que tudo aquilo que temos e com o que podemos contar está neste mundo “de carne e osso”. E, mais do que isso, não há nem mesmo um céu onde, eventualmente, se possa enganchar alguma suposta verdade. É esse *éthos* que faz da vida uma constante e nada tranquila aventura.

Dizer que não há ganchos no céu e nem mesmo um céu onde se possa pendurar um gancho — ou, se preferirmos, não há um fundo firme e último onde possamos ancorar e fundamentar — o nosso pensamento e a nossa linguagem equivale a dizer que não há um “lugar nenhum”, não há um ponto arquimediano a partir do qual se possa pensar o mundo, conhecê-lo e falar sobre ele. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007). Alguns costumam dizer que “não há nada lá fora”. Para Stein

¹¹ Com essa expressão, pago pequeníssima parte do tributo intelectual que devo a João Wanderlei Geraldi (GERALDI, 1992).

(1981, p. 47), a verdade é “filha do tempo e obra do Homem” e, para Deleuze (1991, p. 72), “A verdade é inseparável do processo que a estabelece”. Michel Foucault (2001a, p. 112) resumiu a questão na frase que escolhi como parte da epígrafe desta seção: “a verdade é deste mundo”.

Assim, reconhecendo e levando a sério as importantes lições da virada linguística, assumo a contingência radical não apenas da linguagem — e dos conceitos que ela encerra — como, também, do acontecimento e da experiência. Para todos efeitos, assumo “o caráter não-representacional da linguagem e a inextricável relação entre linguagem e mundo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 19). Nadando nas mesmas águas em que nadaram Friedrich Nietzsche, o Segundo Wittgenstein, Richard Rorty, Willard Quine e Donald Davidson, entendo que

os fatos são aquilo que pensamos e dizemos que eles são. Perguntar se existe, antes e para além do pensado ou do dito, uma realidade inacessível ao pensamento é, a rigor, uma questão metafísica pouco interessante ou, para usar a conhecida formulação do Segundo Wittgenstein, uma questão que, ao fim e ao cabo, só gera mal-entendidos. Na melhor das hipóteses, o que se pode dizer é: “mesmo que exista uma realidade para além do nosso entendimento, ela só poderá ser pensada quando estiver sendo (minimamente) entendida e, nesse caso, já não estará mais para além do nosso entendimento” (id.).

Isso não significa negar uma materialidade anterior e exterior a nós, uma materialidade que já estava aí. Significa, sim, que tal materialidade só entra no jogo quando a “transformamos” em realidade, ou seja, quando, ao pensarmos nela e dizermos algo sobre ela — e, assim, atribuímos sentidos para ela — a colocamos no mundo como uma verdade e a inserimos na ordem da vida e na ordem do discurso.

O que me parece mais importante é referir que, apesar das muitas diferenças entre as várias vertentes epistemológicas atuais, todas elas são unânimes em afirmar que não há como dar qualquer sentido ao que se passa no mundo sem uma ou mais teorias que nos faça(m) compreender o que estamos observando, vendo, medindo, registrando. Em outras palavras: sem um esquema ou arcabouço teórico, isso que chamamos mundo das práticas — ou, simplesmente, práticas — não faz nenhum sentido e, assim, nem é mesmo observado ou visto e nem, muito menos medido ou registrado. Inversamente, se dá o mesmo: sem alguma experiência, algum acontecimento nisso que chamamos mundo das práticas, não há como pensar, formular ou desenvolver uma ou mais teorias.

Mas é preciso nunca esquecer que tudo isso acontece sempre no torvelinho de complicadas relações de poder. Questões tais como *quem* fala, *como* se fala, *onde* se fala e *de onde* se fala são cruciais para instituir uma realidade que acaba sendo tomada como se fosse natural, externa a nós e independente das relações de poder e dos discursos pronunciados sobre ela; enfim, uma realidade cuja verdade teríamos simplesmente de desvelar e acessar por obra do nosso engenho. Mas, como argumentou Foucault (1992, p. 12), no estabelecimento da verdade de uma realidade é preciso considerar também “os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Aqui, o que se coloca em discussão nada tem a ver com o tradicional conceito de ideologia como falsa consciência. E tem muito pouco a ver com a “velha e surrada polêmica entre o idealismo e o realismo [...]; o que se coloca, agora, é um debate entre o realismo e o antirrealismo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 19). Conforme explicou Rorty (1997), a pergunta agora é outra: não se trata tanto de perguntar se “a realidade material é dependente da mente?”, mas “que tipos

de asserções verdadeiras, se alguma houver, encontram-se em relações representacionais para com itens não-linguísticos?”. Entendo que a resposta à segunda pergunta é simplesmente “nenhuma”. Desse modo, ao aceitarmos tal antirrealismo, simetricamente rejeitamos tanto a existência de alguma realidade independente de nós mesmos quanto a “possibilidade de que o pensado e o dito contenham representações de uma suposta realidade antes e por fora de quem pensa e diz” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 23). Por aí, fica clara a impossibilidade de uma prática sem uma correspondente teoria que lhe dê sentido como prática.

É em decorrência de todos esses entendimentos que o meu interesse pela assim chamada “prática em si mesma”¹² e pelas assim chamadas relações entre teoria e prática é, ao mesmo tempo, *menor* e *maior* do que o interesse daqueles que se abrigam sob a tradição platônica.

Meu interesse pela prática é *menor* não porque a experiência e o acontecimento não tenham importância. Ao contrário, ambos são até mesmo centrais em nossas discussões. Meu interesse pela prática é menor porque ela — em si e em suas (assim chamadas) relações com a teoria — não é um problema exterior ao próprio discurso que a nomina, descreve, analisa e problematiza. Não faz sentido — e nem mesmo é possível — pensar a prática sem uma teoria que a abrigue enquanto prática. Além do mais, se a própria teoria já é uma prática — e, como já vimos, a prática só é prática sob o abrigo de uma teorização que lhe dê (pelo menos, um mínimo de) sentido —, tentar pensar a prática a partir de uma teoria ou, no sentido inverso, tentar formular uma teoria a partir da prática, são como que furos na água líquida...

Resumindo, na medida em que não reconhecemos, para ambas — teoria e prática —, o estatuto ontológico que a elas conferem aqueles que se abrigam sob o arco platônico e na medida em que as entendemos como que fundidas uma na

¹² Seja lá o que isso queira dizer.

outra, não faz sentido falar em “prática em si mesma”, nem em “pura teoria” e nem em “relações entre teoria e prática”.

Por outro lado, meu interesse pela prática é *maior*. De fato, meu interesse por ela é até bem grande; talvez maior do que parece ser para muitos daqueles que navegam nas águas seguras do (neo)platonismo. Vejamos por quê.

Considerando as contribuições do neopragmatismo e dos Estudos Foucaultianos, podemos pensar a prática como o domínio tanto daquilo a ser descrito, analisado e problematizado quanto, ao mesmo tempo, o domínio das próprias descrições, análises e problematizações que são colocadas em movimento. Isso é assim tanto nos trabalhos que se valem diretamente do ferramental foucaultiano quanto naqueles outros que tomam o pensamento do filósofo como uma atmosfera capaz de oxigenar nossas indagações e nossas indignações. Em outras palavras, a prática — entendida no modo como discuti acima — nos interessa, quer estejamos operando com as ferramentas desenvolvidas e afiadas pelo filósofo, quer estejamos apenas mergulhados no *éthos* foucaultiano¹³.

Ainda que Foucault pareça não ter desenvolvido uma discussão específica sobre a prática, esse é um conceito presente em boa parte de suas obras. Em muitas delas, o filósofo fala em práticas asilares (*História da Loucura*), médico-clínicas (*Nascimento da Clínica*), punitivas (*Vigiar e punir* e *História da sexualidade*). Em outras obras, ele fala em práticas discursivas (que envolvem os saberes) e em práticas não-discursivas (que envolvem as relações de poder). E, na medida em que as relações de poder têm, na formação e na circulação dos saberes, suas condições de possibilidade, as práticas discursivas e as não-discursivas são indissociáveis¹⁴.

¹³ Para uma discussão acerca do *éthos* e do ferramental foucaultiano, vide Veiga-Neto (2006).

¹⁴ Como lembra Castro (2004), é só com o conceito de *episteme* que se pode pensar em práticas discursivas não articuladas com as práticas não-discursivas. Penso que essa é uma das limitações do projeto arqueológico de Foucault. Por isso, tenho argumentado que é com o conceito de dispositivo — e a

Com a primeira expressão — práticas discursivas —, Foucault (1997, p. 136) designa “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram/definem, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Observe-se aí o cuidado que tem o filósofo para não escrever “as condições da prática enunciativa”, mas sim “as condições de exercício da função”. Assim, uma prática discursiva não é simplesmente uma “operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem uma atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem uma ‘competência’ de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais” (id.).

Talvez se possa dizer que as teorias são caixas de ferramentas que se nos apresentam como práticas discursivas. De novo, vale recorrer a Foucault, quando ele nos diz que

pensar a teoria como uma caixa de ferramentas significa que: a) se trata de se construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se estabelecem em torno delas; b) a pesquisa não pode ser feita senão pouco a pouco, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) acerca de determinadas situações (FOUCAULT, 2001a, p. 427).

É o caráter de instrumento, e não de sistema, que retira as teorias do mundo das ideias, coloca-as como coisas deste único mundo que existe e faz delas um instrumento prático. Nesta fusão entre teoria e prática, podemos continuar com Foucault (2001, p. 1398):

não se deve procurar o pensamento apenas nas formulações teóricas, como as da filosofia

correspondente inclusão das relações de poder no projeto foucaultiano — que o filósofo cresce de importância e utilidade para nossas pesquisas sobre educação, escola e currículo.

e da ciência; ele pode e deve ser analisado em todas as maneiras de dizer, de fazer, de se conduzir, em que o indivíduo se manifesta e age como sujeito de conhecimento, como sujeito ético ou jurídico, como sujeito consciente de si mesmo e dos outros.

É por isso que o filósofo entende que “o pensamento é considerado como uma forma própria da ação, como ação na medida em que essa implica o jogo do verdadeiro e do falso, a aceitação ou a recusa da regra, da relação consigo mesmo e com os outros” (id., p. 1399). A partir daí, Foucault argumenta que “o estudo das formas de experiência poderá, desse modo, se fazer a partir de uma análise das ‘práticas’ discursivas ou não, se se designam como tal os diferentes sistemas de ação, considerando que eles são habitados pelo pensamento assim entendido” (id.). Aqui, vale a pena salientar que o filósofo não apenas grifa a palavra *práticas* — de modo a sinalizar o deslocamento que pretende imprimir ao sentido tradicional atribuído a palavra —, como, também, nos fala em estudar as “formas de experiência” e não propriamente as “práticas”, como se essas pudessem ser tomadas por si mesmas.

Frente à alegação de que, nesta última passagem, Foucault refere-se à análise das “práticas discursivas”, insisto que é preciso compreender tal expressão no sentido antes referido: como um conjunto de regras que definem as condições segundo a qual se dá o exercício de uma função enunciativa. Assim, analisar o discurso implica analisar uma prática, mas não propriamente no sentido de proceder à análise teórica — seja a partir de uma teoria já dada, seja para construir uma nova teoria — de uma ação ou ato executado por indivíduos que se comunicam, mas, sim, no sentido de proceder à análise das regras que colocam o discurso sob determinadas ordens.

PARA ENCERRAR

Para encerrar este texto — mas jamais pensando em encerrar a discussão —, uma última referência à separação que a pesquisa educacional e a Pedagogia costumam fazer entre teoria e prática.

Estamos muito frequentemente interessados em estudar e problematizar os dispositivos envolvidos na educação escolar. Isso deriva do fato de que os dispositivos são, em termos gerais, práticas (tanto discursivas quanto não-discursivas) onde se articulam os saberes e as relações de poder e, afinal, é justamente na escola onde se dão, por excelência, tais articulações (HOSKIN, 1990). Assim, nossas pesquisas envolvem-se com a descrição, análise e problematização das práticas discursivas, tendo claro que isso não se reduz a investigar o que, como, quando, por que e por quem é dito isso ou aquilo. Nem mesmo se reduz a colocar, de um lado, uma ou mais teorias e, de outro lado, os ditos e as relações de poder a eles associados. Afinal, se detectamos que isso ou aquilo foi dito é porque já estamos armados de teoria(s) para tanto...

Pensar que “na prática, a teoria é outra” e, com isso, achar que teoria e prática estão em mundos diferentes revela, não somente, um mau entendimento sobre ambas como, também, a adesão ao senso comum que em nada contribui para as ações educativas. Quem acredita nos slogans “a prática não interessa” ou “a teoria não interessa” não vai além do vazio desses lugares-comuns.

Se, frente a uma prática P uma teoria T parece não funcionar ou nos diz muito pouco sobre P, então é porque essa teoria T deve ser mudada ou ajustada para T1, ou T2 ou T3 etc. Simplesmente negar *tout court* a teorização e apostar tudo na prática indica, na melhor das hipóteses, um espontaneísmo epistemológico míope e grosseiro. Por outro lado, colocar todas as fichas na teoria não passa de pedantismo e encastelamento acadêmico. Uma opção por um desses extremos só leva à imobilidade e à impossibilidade de qualquer ação educativa digna desse nome.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, António Rodrigues (coord.). Dicionário de latim-português. Porto: Porto, 2008.
- ALMEIDA, Giuliano C. Mattos. Nietzsche e a morte de Deus. Juiz de Fora: UFJF. *Revista Ética & Filosofia Política*, v.8, n.1, jun/2005.
- AZEVEDO, Fernando. *Pequeno dicionário latino-português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BORNHEIM, Gerd. *Notas de aula*. Disponível em:
http://abilioazambuja.sites.uol.com.br/5k_doismundos.html.
Acessado em: 20/jul/2008.
- CASTRO, Edgardo. *El vocabulario Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DROZ, Geneviève. *Os mitos platônicos*. Brasília: UnB, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.1-14.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- _____. Préface à l' "Histoire de la sexualité". In: _____. *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris: Quarto/Gallimard, 2001. p.1397-1403.
- _____. Pouvoirs et stratégies. In: _____. *Dits et Écrits III*. Paris: Quarto/Gallimard, 2001a. p.418-428.
- GALVÃO, Ramiz. *Vocabulário etymológico, orthographe e prosódico das palavras portuguesas derivadas da lingua grega*. Rio de Janeiro, 1909.
- GERALDI, Wanderley. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOSKIN, Keith. Foucault under examination. The crypto-educationalist unmasked. In: BALL, Stuart J. (ed.) *Foucault and Education. Disciplines and knowledge*. London: Routledge, 1990. p.29-53.
- KIZILTAN, Mustafa Ü.; BAIN, William J.; CAÑIZARES, Anita. Condições pós-modernas: repensando a educação pública. In: SILVA, Tomaz (org.). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p.205-232.

- KOLYNIAC FILHO, Carol. *Teoria, prática e reflexão na formação do profissional em Educação Física*. Rio Claro: UNESP. Motriz – Revista de Educação Física, v.2, n.2, dez/1996. p.11-114.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- KUHN, Thomas. *O caminho desde A Estrutura*. São Paulo: UNESP, 2006.
- MORRIS, William (ed.). *The American Heritage Dictionary of the English Language*. Boston: American Heritage Publishing & Houghton Mifflin, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Os Pensadores: Nietzsche*. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1996. p.51-60.
- ROBERTS, Edward A.; PASTOR, Bárbara. *Diccionario etimológico indoeuropeo de la lengua española*. Madrid: Alianza, 2007
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- STEIN, Ernildo. *História e Ideologia*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Algumas raízes da Pedagogia moderna. In: ZORZO, Cacilda; SILVA, Lauraci D. & POLENZ, Tamara (org.). *Pedagogia em conexão*. Canoas: Editora da ULBRA, 2004. p.65-83.
- _____. Nietzsche e Wittgenstein: alavancas para pensar a diferença e a pedagogia. In: GALLO, Sílvio & SOUZA, Regina Maria (org.). *Educação do preconceito: ensaios sobre poder e resistência*. Campinas: Átomo & Alínea, 2004a. p.131-146.
- _____. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.79-91.
- _____. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006a. p.13-38.
- VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Identidade, cultura e semelhanças de família: as contribuições da virada linguística. In: BIZARRO, Rosa (org.). *Eu e o outro: Estudos Multidisciplinares*

sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais. Porto: Ardeal, 2007. p.19-35.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. In: *Os Pensadores: Wittgenstein*. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1979.

WIKIPEDIA. Verbete *prática*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1tica>. Acessado em: 21/jul/2008.

Data de recebimento: novembro de 2013

Data de aceite: junho de 2014

